

XXXI

A LENDA DO DINHEIRO

Conta-se que, no princípio do mundo, o Senhor entrou em dificuldades no desenvolvimento da obra terrestre, porque os homens se entregaram a excessivo repouso.

Ninguém se animava a trabalhar.

Terra solta amontoava-se aqui e ali. Minerais variados estendiam-se ao léu. Águas estagnadas apareciam em toda parte.

O Divino Organizador pretendia erguer lares e templos, educandários e abrigos diversos, mas... com que braços?

Os homens e as mulheres da Terra, convidados ao suor da edificação por amor, respondiam: — "para quê?" E comiam frutos silvestres, perseguiam animais para devorá-los e dormiam sob as grandes árvores.

Após refletir muito, o Celeste Governador criou o dinheiro, adivinhando que as criaturas, presas da ignorância, se não sabiam agir por amor, operariam por ambição.

E assim aconteceu.

Tão logo surgiu o dinheiro, a comunidade fragmentou-se em pequenas e grandes facções, incentivando-se a produção de benefícios gerais e de valores imaginativos.

Apareceram candidatos a toda espécie de serviços.

O primeiro deles pediu ao Senhor permissão

para fundar uma grande olaria. Outro requereu meios de pesquisar os minérios pesados, de maneira a transformá-los em utensílios. Certo trabalhador suplicou recursos para aproveitamento de grandes áreas na exploração de cereais. Outro, ainda, implorou empréstimo para produzir fios, de modo a colaborar no aperfeiçoamento do vestuário. Servidores de várias procedências vieram e solicitaram auxílio financeiro destinado à criação de remédios.

O Senhor a todos atendeu com alegria.

Em breve, olarias e lavouras, teares rústicos e oficinas rudimentares se improvisaram aqui e acolá, desenvolvendo progresso amplo na inteligência e nas coisas.

Os homens, procurando o dinheiro, ansiosamente, a fim de se tornarem mais destacados e poderosos entre si, trabalhavam sem descanso, produzindo tijolos, instrumentos agrícolas, máquinas, fios, óleos, alimento abundante, agasalho, calçados e inúmeras invenções de conforto, e, assim, a terra menos proveitosa foi removida, as pedras aproveitadas e os rios canalizados convenientemente para a irrigação; os frutos foram guardados em conserva preciosa; estradas foram traçadas de norte a sul, de leste a oeste e as águas receberam as primeiras embarcações.

Toda gente perseguia o dinheiro e guerreava pela posse dele.

Vendo, então, o Senhor que os homens produziam vantagens e prosperidade, no anseio de posse, considerou, satisfeito:

— Meus filhos da Terra não puderam servir por amor, em vista da deficiência que, por enquanto, lhes assinala a posição; todavia, o di-

nheiro estabelecerá benéficas competições entre eles, em benefício da obra geral. Reterão provisoriamente os recursos que me pertencem e, com a sensação da propriedade, improvisarão todos os produtos e materiais de que o aprimoramento do mundo necessita. Esta é a minha Lei de Empréstimo que permanecerá assentada no Céu. Cederei possibilidades a quantos me pedirem, de acordo com as exigências do aproveitamento comum; todavia, cada beneficiário apresentar-me-á contas do que houver despendido, porque a Morte conduzi-los-á, um a um, à minha presença. Este decreto divino funcionará para cada pessoa, em particular, até que meus filhos, individualmente, aprendam a servir por amor à felicidade geral, livres do grilhão que a posse institui.

Desde então, a maioria das criaturas passou a trabalhar por dedicação ao dinheiro, que é de propriedade exclusiva do Senhor, da aplicação do qual cada homem e cada mulher prestarão contas a Ele mais tarde.

XXXII

A SENTENÇA CRISTÃ

Um juiz cristão, rigoroso nas aplicações da lei humana, mas fiel no devotamento ao Evangelho, encontrando-se em meio duma sociedade corrompida e perversa, orou, implorando a presença de Jesus.

Tantas sentenças condenatórias devia proferir diariamente, que se lhe endurecera o coração.

Atormentado, porém, entre a confiança que consagrava ao Divino Mestre e as acusações que se acreditava compelido a formular, rogou, certa noite, ao Senhor, lhe esclarecesse o espírito angustiado.

Efetivamente, sonhou que Jesus vinha desfazer-lhe as dúvidas aflitivas. Ajoelhou-se aos pés do Amoroso Amigo e perguntou:

— Mestre, que normas adotar perante um homicida? Não estará lógicamente incursa nas penas legais?

O Cristo sorriu, de leve, e respondeu:

— Sim, o criminoso está condenado a receber remédio corretivo, por doente da alma.

O juiz considerou estranha a resposta; contudo, prosseguiu indagando:

— Como agir, ante o delinquente rude, Senhor?

— Está condenado a valer-se de nosso au-